Capítulo 53

Brasil: a conquista do território (1640 - 1700)

O período que vai da Restauração portuguesa (1640) ao início da exploração do ouro (1700) caracteriza-se por dois processos importantes: forte *centralização* administrativa e econômica, que aumenta o controle da Coroa portuguesa sobre a colônia brasileira; um movimento de *expansão* territorial, que leva o Brasil a triplicar de tamanho, por obra de bandeirantes, vaqueiros e missionários.

1. Herança do domínio espanhol

Os sessenta anos de domínio espanhol deixaram ao reino português uma herança desastrosa: obrigado a participar da política guerreira da Espanha, perdeu quase toda a sua Marinha; muitas de suas colônias foram ocupadas por Holanda e Inglaterra, inimigas da Espanha; pouco restou do comércio asiático; empobrecido, Portugal ficou ainda mais necessitado de produtos coloniais americanos e parte da população foi obrigada a buscar vida melhor no Brasil.

Depois de 1654, com a saída dos holandeses, Portugal encontrou-se em grave crise. Entre as medidas tomadas para superá-la, três merecem destaque: o início da dependência em relação à Inglaterra; a centralização administrativa; o monopólio econômico.

Dependência da Inglaterra — Portugal e Inglaterra eram aliados desde o século XIV. Mas só no século XVII a aliança política passou a existir no plano econômico, num processo que se estendeu até o final do século XIX. O relacionamento, que beneficiou largamente a Inglaterra, traduziu-se em vários tratados:

1642 — Portugal concede à Inglaterra o tratamento de nação mais favorecida no comércio entre os dois países.

1654 — Navios ingleses podem navegar livremente para o Brasil, com os direitos comerciais dos portugueses.

1703 — Pelo Tratado de Methuen, a Inglaterra se compromete a comprar vinhos portugueses em troca de permissão para vender sua lã em Portugal. Isto desestimulou a produção de cereais em Portugal, que se concentrou no vinho e abriu o mercado às indústrias inglesas, em prejuízo das suas.

Centralização administrativa — Precisando mais que nunca dos produtos coloniais, Portugal impôs maior controle sobre o Brasil. Dom João IV restabeleceu a unidade administrativa, através do *Conselho Ultramarino*, criado em 1642 e vigente até 1808. Sob controle direto do rei, o Conselho passava a administrar as colônias. Os donatários das capitanias foram perdendo poder e autoridade, subordinados aos governadores-gerais nomeados pelo rei. Estes passaram a receber o título de vice-reis.

Em meados do século XVIII, todas as capitanias encontravam-se em mãos da Coroa; muitos donatários foram obrigados a vender seus direitos hereditários ao rei. As Câmaras Municipais, que chegaram a controlar boa parte dos negócios públicos, também perderam autoridade e independência. Seus presidentes, juízes ordinários eleitos pelos homens bons, foram substituídos pelos *juízes de fora,* nomeados pelo Conselho Ultramarino. Na Bahia, até os vereadores passaram a ser nomeados pelo rei.

Monopólio econômico — A centralização administrativa foi acompanhada de crescente controle sobre a economia brasileira: para resolver sua crise, Portugal passou a exercer exploração mais intensa da colônia. Antes, exceto a exploração do pau-brasil e outras poucas atividades, os colonos podiam produzir o que quisessem, contanto que pagassem os impostos.

As restrições começaram ainda sob o domínio espanhol e tornaram-se mais severas depois. Em fins do século XVII, somente alguns países, como Inglaterra, Holanda e França, podiam enviar navios para comerciar no Brasil; assim mesmo, deviam estar integrados a frotas organizadas em Portugal, no sistema de comboios.

O comércio externo da colônia foi entregue a companhias ou a particulares. A primeira privilegiada, a *Companhia Geral do Comércio do Brasil*, estabeleceu-se em 1647, com monopólio por vinte anos sobre o comércio da colô-

nia. Só ela podia vender vinho, azeite, farinha de trigo e bacalhau. A Coroa ainda proibiu a fabricação brasileira de produtos que concorressem com os portugueses. A nova orientação provocou várias revoltas dos colonos. A conseqüência foi a fome. O poeta baiano Gregório de Matos (1633-1696), notável observador e crítico da política de sua época, não perdoou a situação da Bahia em 1691:

"A fome me tem já mudo,
que é muda a boca esfaimada,
mas se a frota não traz nada,
por que razão leva tudo?"

Portugal queria que sua colônia americana fosse simples fornecedora de gêneros úteis ao comércio da metrópole, produtos que pudesse vender com grandes lucros. E alcançaria o objetivo, mesmo que para isso mantivesse o Brasil abafado, sob restrições econômicas e opressão administrativa.

2. A decadência do açúcar

Expulsos em 1654, os holandeses aproveitaram a experiência brasileira e passaram a cultivar cana nas Antilhas, América Central. Houve duas conseqüências prejudiciais para o Brasil: os holandeses não precisavam mais do açúcar brasileiro para vender na Europa; produzindo seu próprio açúcar, eles podiam vendê-lo a preço mais baixo que o de Portugal.

Os lucros do comércio açucareiro português caíram; e também a produção. Outro concorrente contribuiu para isto: o açúcar de beterraba, já produzido em grande escala na Europa.

Para enfrentar tais dificuldades, a metrópole aumentou a espoliação da colônia. Até o século XVII, o produtor recebia 33% do preço final do açúcar em Londres; no século XVIII, passou a receber apenas 20%, como mostra o quadro seguinte:

PRAÇA	PREÇO/ARROBA
Brasil	*1 600 réis*
Portugal	*2 400 réis*
Londres	*7 000 réis*

A produção açucareira, enquanto decrescia em Pernambuco rapidamente, despontava em outros centros, como Bahia e Rio de Janeiro. A Bahia já era o maior produtor do país no final do século XVII.

Preocupado em encontrar nova fonte de lucros, Portugal reforçou a busca de *metais preciosos*. Muitas expedições já se aventuravam pelo interior e a Coroa ofereceu recompensas aos bandeirantes que descobrissem tais riquezas. As primeiras grandes minas do Brasil central foram descobertas em 1693 e 1694. Os colonizadores puderam sorrir de satisfação novamente, ante a perspectiva de novos lucros.

3. As bandeiras

Expedições para o interior brasileiro foram organizadas desde o século XVI. Mas só no século XVII o movimento bandeirista assumiu maior importância, e São Paulo foi o principal núcleo irradiador. Na primeira metade do século, prevaleceu o apresamento de índios, cinco vezes mais baratos que escravos africanos, portanto mais acessíveis aos colonos paulistas. Até milhares de mestiços e índios compunham as bandeiras, controladas por brancos, geralmente menos de cem.

Os *bandeirantes* criaram muitos atritos com os jesuítas, pois não respeitavam as *reduções*, aldeias de índios catequizados. Agiam com extrema violência, de que dá notícia o padre Montoya, relatando a incursão de Raposo Tavares no povoado de Jesus-Maria, no Rio Pardo. Depois de encontrar resistência e encurralar os moradores numa igreja, os bandeirantes, segundo o relato, atearam fogo ao edifício e foram atacando os que fugiam do fogo, com espadas, machetas e alfanjes: "Provavam o aço de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros", escreveu Montoya.

Bandeiras de apresamento, em sua maioria, ocorreram durante o domínio espanhol, por isso em geral ultrapassavam a linha do Tratado de Tordesilhas, contribuindo de forma decisiva para a expansão territorial.

Na segunda metade do século XVII, predominaram bandeiras que procuravam metais preciosos, menores e mais pacíficas. As minas descobertas proporcionaram quase um século de riqueza aos exploradores.

4. *Interior do Nordeste e Amazônia*

A luta contra os franceses levou os portugueses a estabelecer-se em alguns pontos do litoral norte-nordeste. Eles chegaram ao Pará em 1616, época em que o interior da região continuava despovoado. A ocupação começou mesmo em meados do século XVII, impulsionada pela pecuária no Nordeste; na Amazônia, pela coleta de produtos da floresta e pela pesca.

A ocupação do *interior nordestino* partiu de dois núcleos principais: Bahia e Pernambuco. Da Bahia, as fazendas de gado chegaram ao Rio São Francisco em meados do século XVII. Daí, seguiram duas rotas:

- rumo ao sul, rio acima, onde as fazendas se desenvolveram no início do século XVIII, quando o povoamento das minas aumentou a procura de carne;
- rumo ao norte, ocupando no final do século XVII o atual Piauí, onde havia mais chuvas, rios permanentes e, assim, melhores pastos.

Do Piauí, as fazendas avançaram para Maranhão e Ceará, encontrando as que chegavam de Pernambuco através de Paraíba e Rio Grande do Norte. Esta ocupação sempre apresentou baixa densidade demográfica, pois a pecuária exige poucos trabalhadores.

Poucas atividades se desenvolveram em toda a região além da pecuária; apenas pequenas roças para produzir alimentos. O comércio também tinha pouca expressão.

Na Amazônia, a ocupação precisou levar em consideração a imensidão da floresta e dos rios. Aquela fornecia cravo, canela, castanha, cacau e madeira; estes, uma rica variedade de peixes. Os índios aqui prestaram valiosa colaboração aos colonizadores. Estavam em seu ambiente natural; coleta, caça e pesca já faziam parte de seu modo de viver.

A penetração pelo vale amazônico começou na segunda metade do século XVII. Nas margens do rio, estabeleceram-se numerosos núcleos de povoamento. Os pioneiros foram *missionários*, principalmente jesuítas e carmelitas. Os padres, além da ação religiosa da catequese, realizaram importantes atividades econômicas. Os índios construíam as instalações das missões e, também, cultivavam alimentos, caçavam, pescavam e colhiam frutos da floresta. Os produtos eram exportados e os lucros contribuíram não apenas para sustentar as aldeias como para dar poder e importância financeira às ordens religiosas no início do século XVIII.

A situação mudou no reinado de Dom José I (1750-1777). O Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, temendo que os religiosos dominassem uma parte da colônia, secularizou as missões: os padres ficariam apenas com o poder espiritual e entregariam a administração das aldeias a leigos. Como resistissem à determinação, os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias em 1759. Os colonos leigos se infiltraram nas aldeias e passaram a explorar o trabalho dos índios. As aldeias deram origem a quase todas as cidades da Amazônia.

Para defender a região de invasões estrangeiras, os portugueses construíram vários fortes no vale amazônico. Eles também contribuíram para a ocupação do vasto território. A defesa e o aproveitamento da Amazônia constituem um desafio ainda nos dias de hoje.

Questões propostas

1. Que herança deixou para Portugal a dominação espanhola?

2. Que medidas tomou a Coroa portuguesa para enfrentar a crise?

3. Que tratados marcam o início da presença inglesa na economia portuguesa?

4. Para que Portugal passou a exercer maior controle sobre a colônia brasileira? Que medidas tomou para controlar as atividades econômicas no Brasil? Que conseqüências trouxeram as medidas?

5. O que levou à decadência do açúcar brasileiro?

6. Que foram as bandeiras? Como agiam os bandeirantes?

7. Como os portugueses ocuparam o interior do Nordeste e a Amazônia?